



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

**EM**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

## SUMÁRIO

	FOLHA
<b>1 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>3 e 4</b>
<b>2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>5</b>
<b>3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>6</b>
<b>4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>7</b>
<b>6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8</b>
<b>7 NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>9 a 29</b>
<b>8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>30 a 31</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Setembro de 2020 e Dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>134.957</b>	<b>92.396</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	43.503	37.878
Clientes	6	81.245	47.962
Outros Créditos	8	6.072	5.255
Tributos Compensáveis	9	3.933	1.212
Despesas pagas antecipadamente	10	204	89
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>523.309</b>	<b>545.077</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>23.233</b>	<b>24.459</b>
Energia Eletrica - CCEE	24	1.909	1.909
Depósitos Judiciais	11	71	120
Tributos Diferidos	12	21.253	22.222
Adiantamento a Acionistas		-	208
<b>Imobilizado</b>	13	<b>352.084</b>	<b>368.743</b>
<b>Intangível</b>	14	<b>147.679</b>	<b>151.439</b>
<b>Direito de Uso</b>	15	<b>313</b>	<b>436</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>658.266</b>	<b>637.473</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Setembro de 2020 e Dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>90.034</b>	<b>85.647</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	385	296
Fornecedores	17	2.252	3.684
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	-	4.725
Outras Obrigações Fiscais	19	1.331	1.394
Concessão de Uso de Bem Público	20	76.441	67.401
Pequisa e Desenvolvimento	21	8.047	7.640
Outras Contas a Pagar	22	1.578	507
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>572.750</b>	<b>508.966</b>
Litígios Regulatórios	24	14.902	12.318
Concessão de Uso de Bem Público	20	557.670	496.355
Direito de Uso	15	178	293
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(4.518)</b>	<b>42.860</b>
Capital Social	26.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.3	256	256
Reserva Legal	26.2	7.101	7.101
Lucro (prejuízo) do período		(39.019)	26.332
( - ) Dividendos Intermediarios	26.4	(8.359)	(26.332)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>658.266</b>	<b>637.473</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
( Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	N.E	2020		2019	
		01.07.20 a 30.09.20	01.01.20 a 30.09.20	01.07.19 a 30.09.19	01.01.19 a 30.09.19
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	41.807	127.516	42.973	168.120
<b>( - ) Custos Operacionais</b>	28	(16.561)	(44.177)	(18.309)	(61.687)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		25.246	83.339	24.664	106.433
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(1.355)	(4.322)	(1.288)	(4.070)
Despesas Administrativas	29.1	(1.355)	(4.322)	(1.288)	(4.070)
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		23.891	79.017	23.376	102.363
<b>RESULTADOS FINANCEIRO</b>	30	(65.318)	(117.067)	(12.066)	(62.487)
Receitas financeiras	30	4.104	5.212	568	1.658
Despesas financeiras	30	(69.422)	(122.279)	(12.634)	(64.145)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		(41.427)	(38.050)	11.310	39.876
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		169	(969)	(3.841)	(13.544)
Imposto de Renda e Contribuição Social		492	-	(3.516)	(12.569)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	12	(323)	(969)	(325)	(975)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		(41.258)	(39.019)	7.469	26.332
LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS			(0,647)		0,437

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(39.019)</b>	<b>26.332</b>
Outros resultados abrangentes			-
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(39.019)</b>	<b>26.332</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>35.503</b>	<b>256</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>11.118</b>	<b>-</b>	<b>53.978</b>
Lucro do período - Janeiro a Setembro 2019		-	-	-	-	-	26.332	26.332
<b>Destinação da proposta à A.G.O</b>								
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(11.118)	-	(11.118)
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(18.863)	-	(18.863)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>		<b>35.503</b>	<b>256</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>(18.863)</b>	<b>26.332</b>	<b>50.329</b>
Prejuízo do período - Outubro a Dezembro 2019		-	-	-	-	-	(208)	(208)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	18.863	(26.332)	(7.469)
Adiantamento a Acionistas		-	-	-	-	-	208	208
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>35.503</b>	<b>256</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.860</b>
Prejuízo do período - Janeiro a Setembro 2020		-	-	-	-	-	(39.019)	(39.019)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(8.359)	(8.359)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>		<b>35.503</b>	<b>256</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47.378)</b>	<b>(4.518)</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	30/09/2020	30/09/2019
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(39.019)</b>	<b>26.332</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	28 e 29	13.975	13.978
Amortização	28	6.839	6.826
Variações monetárias não realizadas	30	122.237	63.836
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	969	975
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	28	-	3.033
Resultado de baixa do imobilizado		1	-
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Clientes	6	(33.283)	6.508
Outros créditos	8	(817)	(228)
Tributos compensáveis	9	(2.721)	(8)
Despesas pagas antecipadamente	10	(115)	(114)
Depósitos judiciais	11	49	(3)
Adiantamento a acionistas		208	-
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	88	99
Fornecedores	17	(1.431)	(481)
Imposto de renda e contribuição social	18	(4.726)	(20.998)
Outras Obrigações Fiscais	19	(63)	(1.099)
Pagamento de direito de uso		(118)	(115)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	30	(51.863)	(50.174)
Pequisa e Desenvolvimento	21	407	(34)
Outras Contas a Pagar	22	1.075	(684)
Litígios Regulatórios		2.585	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>14.275</b>	<b>47.649</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	13	(271)	(109)
Adições no intangível	14	(21)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(292)</b>	<b>(109)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	26.4	(8.358)	(49.064)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(8.358)</b>	<b>(49.064)</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>5.625</b>	<b>(1.524)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.878	42.886
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	43.503	41.362
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>5.625</b>	<b>(1.524)</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	NE nr.	30/09/2020	30/09/2019		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	27	139.774	180.900		
<b>Total</b>		<b>139.774</b>	<b>180.900</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Energia Elétrica comprada para revenda	28	-	18.747		
Encargos de uso da rede elétrica	28	11.479	10.294		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	2.824	4.270		
Material, insumos e serviço de terceiros	28 e 29	10.335	9.354		
Outros insumos	28 e 29	434	323		
<b>Total</b>		<b>25.072</b>	<b>42.988</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>114.702</b>	<b>137.912</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	13 e 14	<b>20.813</b>	<b>20.803</b>		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>93.889</b>	<b>117.109</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	30	5.212	1.658		
<b>Total</b>		<b>5.212</b>	<b>1.658</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>99.101</b>	<b>118.767</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	<b>44.104</b>	%	<b>43.738</b>	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários	29.1	2.214		2.162	
Planos previdenciários e assistencial	29.1	148		133	
Benefícios	29.1	254		239	
Encargos sociais - FGTS	29.1	542		533	
<b>Total</b>		<b>3.158</b>	<b>3,2</b>	<b>3.067</b>	<b>2,6</b>
<b>Governo</b>					
Federal	28 e 29.1	12.604		25.135	
Estadual		4		-	
Municipal		18		18	
<b>Total</b>		<b>12.626</b>	<b>12,7</b>	<b>25.153</b>	<b>21,2</b>
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	30	122.279		64.145	
Arrendamentos e alugueis	29.1	57		70	
<b>Total</b>		<b>122.336</b>	<b>123,4</b>	<b>64.215</b>	<b>54,1</b>
<b>Acionistas</b>					
Lucro (Prejuízo) do período		(39.019)		26.332	
<b>Total</b>		<b>(39.019)</b>	<b>(39,4)</b>	<b>26.332</b>	<b>22,2</b>
		<b>99.101</b>	<b>100</b>	<b>118.767</b>	<b>100</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão PCH - Santa Clara e Fundão	120,168 6,075	65,800 4,900
	<b>246,411</b>	<b>140,300</b>

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Neste momento, a entidade possui decisão proferida de maneira liminar, a qual garante a liquidação integral da GF de 140,300 MW médios no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a portaria seja mantida, a redução da GF será de 2,6 MW médios.

### 2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos. Estendido até maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela agente regulatório, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração

dos Aproveitamentos Hidrelétricos esteja nas condições estabelecidas no Contrato, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Como pagamento pelo UBP (Uso do Bem Público) objeto do contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de maio de 2001.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30.10.2020.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## 4. **Principais Políticas Contábeis**

### 4.1 **Instrumentos financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

#### a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

### **Ativos Financeiros**

#### 4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### **Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio**

#### 4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

#### 4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

#### **4.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

##### **4.3.1 - Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

##### **4.3.2 Ativos Não financeiros**

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

#### **4.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **4.5 Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

#### **4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.7 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da

propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

### **Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019**

#### **CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos**

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

#### **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>Saldos em</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Caixa e bancos conta movimento		44	16
Aplicações financeiras de curto prazo		43.459	37.862
		<b>43.503</b>	<b>37.878</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,75% a 96,00% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

#### **6. Clientes**

<b>Clientes</b>	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 30.09.2020</b>
Suprimento - Copel Comercialização	1.646	-	-	1.646
Suprimento - Livres	11.193	-	-	11.193
CCEE	68.406	-	-	68.406
	81.245	-	-	81.245

As vendas da companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício social. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), que representam 84,2% (oitenta e quatro vírgula dois pontos percentuais) do saldo do grupo Clientes em 30 de setembro de 2020.

O saldo crescente da conta CCEE, no valor de R\$ 68.406, decorre da judicialização setorial, em face do risco hidrológico, dos quais R\$ 61.675 encontram-se inadimplentes, conforme sumário de contabilização referência agosto de 2020. Contudo, a companhia não realiza PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias, que impõem penalidades severas para inadimplentes, mitigando um possível risco de crédito.

## 7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	30.09.20	31.12.19
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Comercialização S.A.	1.648	691
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	1.314	1.245
Copel Geração e Transmissão S.A.	925	862
<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Proventos Intercalares</b>		
<b>Controlador</b>		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	(5.851)	
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações Ltda	(2.508)	
<b>Resultado</b>	<b>30.09.20</b>	<b>30.09.19</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Distribuição S.A.	-	89.224
Copel Comercialização S.A.	14.654	5.784
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(11.479)	(10.294)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(7.436)	(6.611)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(603)	(583)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	(77)	(69)

## 8. Outros créditos

	Saldos em	30/09/20	31/12/19
Serviços em Curso ( * )		5.949	5.191
Almoxarifado de manutenção e operação		74	52
Adiantamento a empregados		47	10
Devoluções de compras		2	2
		<b>6.072</b>	<b>5.255</b>

( \* ) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9. Tributos Compensáveis

	<b>Saldos em</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
IRPJ pago por estimativa		1.580	-
CSLL pago por estimativa		914	-
Imposto de Renda retido fonte		227	-
CSLL Pedido de ressarcimento		1.212	1.212
		<b>3.933</b>	<b>1.212</b>

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa, serão compensados ao término do exercício social, por ocasião do cálculo do Ajuste Anual.

A CSLL Pedido de ressarcimento refere-se a saldo negativo da contribuição apurado no exercício social de 2014, o qual aguarda decisão judicial deferindo o ressarcimento e/ou compensação do valor pago anteriormente.

## 10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Seguro das usinas		203	88
Seguro sede administrativa		1	1
		<b>204</b>	<b>89</b>

## 11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

<b>Descrição</b>	<b>Valores em R\$ mil</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>120</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	(49)
- Atualização monetária	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>71</b>

## 12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As contabilizações inerentes da adoção inicial as normas internacionais de contabilidade (IFRS 1), em conformidade com legislação tributária (Lei 11.941/2009) foram adicionados na apuração do Lucro Real, os quais estão sendo realizados no transcurso do período da concessão.

Com o advento da Lei 12.973/2014, a qual extinguiu o RTT (Regime Tributário de Transição), a Companhia optou pela adoção inicial dos seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, e, por conseguinte a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, conforme os seguintes valores:

	01.01.2020	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30.09.2020
<b>Ativo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	22.354	(969)	-	21.385
	<b>22.354</b>	<b>(969)</b>	-	<b>21.385</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	132		-	132
	<b>132</b>	-	-	<b>132</b>
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>22.222</b>	<b>(969)</b>	-	<b>21.253</b>

### Realização dos créditos fiscais diferidos

30.09.2020	Ativo	Passivo
2020	323	-
2021	1.292	(132)
2022	1.292	-
2023	1.292	-
2024	1.292	-
2025	1.292	-
2026 a 2028	3.876	-
2029 a 2031	3.876	-
2032 a 2034	3.876	-
2035 a 2036	2.974	-
	<b>21.385</b>	<b>(132)</b>

### 13. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.2019	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	30.09.2020
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	189.303	-	(6.853)	-	-	182.450
Máquinas e equipamentos	116.728	174	(4.894)	(2)	-	112.006
Edificações	38.951	-	(1.356)	-	-	37.595
Terrenos	16.858	11	(738)	-	-	16.131
Móveis e utensílios	165	2	(34)	-	-	133
	<b>362.005</b>	<b>187</b>	<b>(13.875)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>348.315</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	3.685	95	-	-	(11)	3.769
	<b>3.685</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>3.769</b>
	<b>365.690</b>	<b>282</b>		<b>(2)</b>	<b>(11)</b>	<b>352.084</b>

( \* ) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

#### 14. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em setembro/2005 e julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
<b>31.12.2019</b>	<b>151.134</b>	<b>-</b>	<b>3.362</b>	<b>-</b>	<b>154.496</b>
Aquisições	-	-	21	-	21
Amortização UBP	(6.427)	-	-	-	(6.427)
Amortização GSF	(289)	-	-	-	(289)
Amortização - Outros	-	-	(122)	-	(122)
<b>30.09.2020</b>	<b>144.418</b>	<b>-</b>	<b>3.261</b>	<b>-</b>	<b>147.679</b>

## 15. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 30 de setembro de 2020 e a seguinte:

	Edificações		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
<b>31.12.2019</b>	<b>387</b>	<b>45</b>	<b>432</b>
Depreciações	(100)	-	(100)
Amortizações	-	(19)	(19)
<b>30.09.2020</b>	<b>287</b>	<b>26</b>	<b>313</b>

## 16. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	30/09/20	31/12/19
Salários a pagar		8	-
Tributos retidos na fonte		50	102
Provisão de férias e 13º salário		327	194
		<b>385</b>	<b>296</b>

## 17. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo 30.09.2020
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.314	-	-	-	-	-	1.314
Materiais e Serviços - Copel GET	925	-	-	-	-	-	925
Materiais e Serviços	13	-	-	-	-	-	13
	<b>2.252</b>	-	-	-	-	-	<b>2.252</b>

## 18. Imposto de Renda e Contribuição Social

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Imposto de renda - Lucro Real		-	8.795
(-) Imp. renda pago por estimativa (*)		-	(4.324)
(-) Imp. Renda retido na fonte (*)		-	(490)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		-	3.282
(-) Contr.Social pago por estimativa (*)		-	(2.538)
		-	<b>4.725</b>

(\*) Valores reclassificados para o Ativo Circulante.

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em janeiro de 2021 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual.

## 19. Outras Obrigações Fiscais

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Tributos retidos na fonte		131	226
Previdência Social INSS		189	47
FGTS		8	-
PIS e Cofins		1.003	1.121
		<b>1.331</b>	<b>1.394</b>

## 20. Encargos de Outorga ANEEL

Em 30/09/2020 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 195 (cento e noventa e cinco) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.318.488 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

<b>Mutação</b>	<b>circulante</b>	<b>não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>31.12.2019</b>	<b>67.401</b>	<b>496.355</b>	<b>563.756</b>
Encargos	9.040	113.178	122.218
Transferências	51.863	(51.863)	-
Amortização - principal	(14.250)	-	(14.250)
Pagamento - encargos	(37.613)	-	(37.613)
<b>30.09.2020</b>	<b>76.441</b>	<b>557.670</b>	<b>634.111</b>

## 21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 30/09/2020 é a seguinte:

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	não circulante	Total
<b>31.12.2019</b>	<b>136</b>	<b>68</b>	<b>7.436</b>	-	<b>7.640</b>
Constituições	496	248	496	-	1.240
Juros Selic	-	-	42	-	42
Recolhimentos	(525)	(263)	-	-	(788)
Conclusões	-	-	(87)	-	(87)
<b>30.09.2020</b>	<b>107</b>	<b>53</b>	<b>7.887</b>	-	<b>8.047</b>

## 22. Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	30/09/20	31/12/19
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.429	354
Direito de Uso - Edificações		149	153
		<b>1.578</b>	<b>507</b>

## 23 Benefício pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

### 23.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

## 23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	circulante	não circulante	Total
<b>31.12.2019</b>	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	148	-	148
Amortizações	(148)	-	(148)
<b>30.09.2020</b>	-	-	-

## 24. Litígios Regulatórios

CCEE Ajuste Único Liminar - Garantia Física	13.434	10.850
CCEE Ajuste Único Liminar - Rep.Risco Hidrolog.	1.468	1.468
Energia CCEE	(1.908)	(1.908)
	<b>12.994</b>	<b>10.410</b>

Créditos atribuídos a Companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes do deferimento do pedido de antecipação da tutela recursal, conforme Ação Ordinária Nr. 1018438-81.2017.4.01.3400, em tramite na JFDF - Justiça Federal do DF - 16ª VARA a fim de que sejam suspensos os efeitos da Portaria MME n. 178/2017, que reduziu a garantia física, mantendo-se os valores originais gerados pelas Usinas UHEs Fundão e Santa Clara.

## 25. Provisão para Contingências

Com base no relatório da assessoria jurídica, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como possível.

Descrição	Saldos em	30/09/20	31/12/19
Ações trabalhistas		0	2.069
Ações cíveis		935	965
Desapropriações e patrimoniais		9.179	9.179
		<b>10.114</b>	<b>12.213</b>

## Descrição da natureza e/ou informações sobre às ações

### a) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

---

**Autos:**0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª Cível - **Valor Estimado:** R\$ 200  
Guarapuava,

**Situação Atual:** Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

---

**Autos:**0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – **Valor Estimado:** R\$ 765  
Guarapuava,

**Situação Atual:** Fase instrutória.

### b) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

---

**Autos:**53/2005 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97  
**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:** 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286  
**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:**107/2003 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325  
**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

---

**Autos:**000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível **Valor Estimado:** R\$ 6.228  
Guarapuava

**Situação Atual:** Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

---

**Autos:** 0000207-28.2004.8.16.0134– 1ª Cível de **Valor Estimado:** R\$2.244  
Pinhão

**Situação Atual:** Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

**Autos:** 454/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 1  
**Situação Atual:** Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

**Autos:** 368/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 90

**Situação Atual:** Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

## 26. Patrimônio Líquido

### 26.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 30/09/2020, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

### 26.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

### 26.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

### 26.4 Dividendos Intermediários

Em 29 de maio de 2020, na 72ª AGE Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 8.358 mil, referente ao lucro apurado no 1º trimestre de 2020, compensando do montante o Adiantamento aos Acionistas ocorrido no encerramento do exercício 2019 no valor de R\$ 207 mil.

## 27. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	30.09.20	30.09.19
<b>Geração</b>		<b>105.640</b>	<b>167.504</b>
Venda de Energia UHEs - Convencional		97.777	161.721
Venda de Energia PCHs - Incentivada		7.863	5.783
<b>Comercialização</b>		<b>34.134</b>	<b>13.397</b>
Energia contabilizada na CCEE		34.134	11.599
Revenda Energia MCP		-	1.798
<b>Receita Bruta</b>		<b>139.774</b>	<b>180.901</b>
Contribuição para PIS		(1.965)	(1.977)
Contribuição para COFINS		(9.052)	(9.111)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.241)	(1.693)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(12.258)</b>	<b>(12.781)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>127.516</b>	<b>168.120</b>

## 28. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	30.09.20	30.09.19
Materiais		(190)	(264)
Serviços de Terceiros		(8.010)	(6.511)
Depreciação		(13.854)	(13.853)
Amortização		(6.839)	(6.826)
Seguros		(345)	(346)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(2.824)	(4.270)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(566)	(494)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(11.479)	(10.294)
Compra de Energia - CCEE		-	(1.824)
Compra de Energia - Mercado Livre		-	(13.891)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		-	(3.033)
Outros custos		(70)	(81)
		<b>(44.177)</b>	<b>(61.687)</b>

## 29. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

### 29.1 Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	30.09.20	30.09.19
Pessoal		(1.724)	(1.610)
Administradores		(1.434)	(1.457)
Material		(42)	(40)
Serviços de Terceiros		(506)	(498)
Depreciação		(121)	(125)
Arrendamento e Aluguéis		(57)	(69)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(74)	(28)
Provisões para litígios		-	-
Doações, Contribuições e Subvenções		(35)	
Indenizações - Reassentamentos		(96)	
Outras despesas		(232)	(242)
		<b>(4.322)</b>	<b>(4.070)</b>

## 30. Resultado Financeiro

	Saldos em	30.09.20	30.09.19
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		863	1.655
CCEE Encargos de liquidação		4.259	-
Outras receitas		90	3
		<b>5.212</b>	<b>1.658</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Correção IGPM - Concessão		(51.863)	(50.173)
Ajuste a Valor Presente - Concessão		(70.354)	(13.637)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		-	(17)
Direito de Uso - Juros incorridos		(20)	(26)
Juros e correções - P & D		(42)	(22)
Encargos moratórios		-	(270)
		<b>(122.279)</b>	<b>(64.145)</b>
		<b>(117.067)</b>	<b>(62.487)</b>

O IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, indexador para reajuste da concessão do UBP, apontou um percentual de 14,4% (quatorze vírgula quatro pontos percentuais) neste exercício, ante 4,09% (quatro vírgula zero nove pontos percentuais) para o mesmo período no ano anterior, elevando os gastos com o Ajuste a Valor Presente da dívida.

### 31. **Cobertura de Seguros**

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2020 a 11.03.2021	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2020 a 16.05.2021	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.538
<b>Total</b>				<b>461</b>	<b>304.154</b>

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

### 32. **Continuidade Operacional**

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

### 33. **Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental**

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

### 34. **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	30/09/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos conta movimento	5	44	44	16	16
Aplicações financeiras	5	43.459	43.459	37.862	37.862
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	81.245	81.245	47.962	47.962
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>124.748</b>	<b>124.748</b>	<b>85.840</b>	<b>85.840</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Total dos passivos financeiros</b>		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

#### Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 30 de setembro de 2020

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/09/2020	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/06/2020	13/05/2025	Custo amortizado	1.315	1.315
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	12/06/2020	16/05/2025	Custo amortizado	391	391
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/06/2020	20/05/2025	Custo amortizado	1.559	1.559
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/07/2020	12/06/2025	Custo amortizado	9.502	9.502
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/07/2020	13/06/2025	Custo amortizado	1.007	1.007
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/07/2020	18/06/2025	Custo amortizado	1.539	1.539
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	06/08/2020	11/07/2025	Custo amortizado	1.043	1.043
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/08/2020	15/07/2025	Custo amortizado	11.419	11.419
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	17/08/2020	22/07/2025	Custo amortizado	1.634	1.634
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/09/2020	14/08/2025	Custo amortizado	11.578	11.578
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/09/2020	15/08/2025	Custo amortizado	799	799
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/09/2020	20/08/2025	Custo amortizado	1.661	1.661
					<b>43.459</b>	<b>43.459</b>

### **35. Impactos do Covid-19**

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde), declarou pandemia global em função do novo coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19.

Neste contexto, a administração tem monitorado os possíveis impactos operacionais e financeiros para entidade.

No aspecto operacional, foram realizadas atividades de testagem das equipes de operação e manutenção que atuam no CEFSC, sanitização dos ambientes das usinas, e modificação no ambiente do refeitório, com o fornecimento de porções individualizadas em substituição ao sistema de *buffet*. Enquanto na sede administrativa, foram tomadas medidas de infraestrutura tecnológica, possibilitando aos colaboradores, acesso remoto aos sistemas e aplicativos da empresa, ofertando o denominado *home office*.

Os possíveis impactos financeiros, estão sendo monitorados pela administração, especialmente na manutenção de valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis. Além, disso, faz o acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais (CCVEE), os quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, com acompanhamento mensal do fluxo de caixa orçado x realizado.

A externalidade negativa, ocorre em função do baixo valor do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), devido a redução da demanda nos primeiros meses da pandemia, impactando as receitas de energia liquidada no âmbito da CCEE.

Por fim, a administração continuará monitorando possíveis efeitos adversos nos negócios e eventuais impactos contábeis, mantendo diligência quanto aos impactos do Covid-19, de forma a deixar seus acionistas e demais *stakeholders* informados acerca de quaisquer mudanças significativas derivadas da pandemia.



**João Biral Junior**  
Diretor Presidente



**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo  
Financeiro



**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3

## RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

**Aos**

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A  
Curitiba - PR**

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 30 de outubro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091** Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2020.11.03 21:13:56 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico